

Crise e indefinição de Doha retardam acordos bilaterais

Robson Gisoldi

Com os olhos do mundo direcionados à crise mundial, fica cada vez mais difícil constituir acordos bilaterais de livre-comércio. Um fator determinante para esse quadro é que em momentos de recessão econômica, um fenômeno protecionista tende a emergir nos países afetados. Mesmo diante dessa realidade, o governo brasileiro está engajado em manter um plano de abertura de mercados, incluindo como prioridade as negociações entre Mercosul e União Européia (UE).

Porém, outros fatores como a indefinição sobre a continuidade da Rodada de Doha, aparentemente "fracassada" em julho, na reunião de Genebra, também ajudam a colocar na "geladeira" as pretensões brasileiras de um acordo entre blocos.

O problema é que Catherine Ashton, representante aprovada pelo Parlamento Europeu para substituir Peter Mandelson na pasta de Comércio da Comissão Européia (o órgão executivo da União Européia), já deixou claro que as negociações para um acordo entre a União Européia e o Mercosul continuarão apenas após a conclusão de Doha.

Lançado em 1999, o acordo bilateral entre os blocos quase foi sacramentado em 2004, mas o impasse nos capítulos industrial e agrícola retarda um possível desfecho positivo.

Segundo o embaixador da delegação da Comissão Européia, João Pacheco, o acordo bilateral entre Mercosul e UE "permitiria criar a maior zona de livre-comércio do mundo". Além disso, o chanceler destaca que "seria uma resposta importante ao protecionismo no mundo".

Pacheco salienta que é importante buscar o engajamento para progredir nas negociações, uma vez que o texto de 2004 chegou perto de uma aprovação. "Sinto que é preciso criar uma agenda obrigatória para buscar a redução das tarifas entre os blocos", defende, destacando que o governo tem analisado a disposição da UE em rediscutir o acordo.

Enquanto isso, o embaixador acrescenta que o Brasil pode, de forma singular, procurar avançar em discussões e acordos na área de etanol, nas novas exigências químicas impostas pela UE e na questão de redução de poluentes.

Na opinião do embaixador e chefe do departamento de negociações internacionais do Ministério das Relações Exteriores, Evandro de Sampaio Didonet, é claro o interesse do governo brasileiro e do Mercosul em aprovar o acordo com a UE, por isso, o Itamaraty vem fazendo consultas freqüentes com os representantes europeus para discutir a viabilidade do acordo. "Hoje o Mercosul se encontra mais favorável ao tema do que em 2004. Falta apenas o debate sobre o ponto mais difícil, as tarifas agrícolas e industriais", comenta.

O representante alega que o industrial brasileiro já percebeu que também pode ter ganhos com o acordo. Segundo ele, um ponto importante é que a indústria deixou de temer o produto europeu com o crescimento da Ásia, que hoje oferece mais "perigos" pela alta competitividade da China. "O avanço conquistado em um acordo bilateral desse tipo pode ser maior do que com a Rodada de Doha". Didonet explica que no texto de 2004, a abertura comercial consistia em tarifa zero para 78% dos produtos comercializados pela UE, além de mais 12% em preferências tarifárias.

Pelo ponto de vista do diretor de negociações internacionais do departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Marconini, o governo precisa trabalhar para que a Rodada não seja um fator que atrase o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro. "Precisamos avançar bastante também na questão da tributação, porque o empresário do País já investe lá fora", defende.

Doha

João Pacheco disse ainda que a Rodada de Doha está longe de ser considerada morta, já que o governo ainda vem apostando no sucesso do acordo multilateral. Segundo ele, seria a maior resposta que o mundo poderia dar à crise. "Seria uma forma de mostrar que a abertura de mercados pode ajudar a combater a crise e não fazer como em 1929, quando a recessão acendeu o protecionismo e potencializou os efeitos da crise", acredita. Apesar do foco, Pacheco reconhece que é complicado discutir o tema nesse momento quando a preocupação dos países se restringe a como recuperar o sistema financeiro.

Acordos bilaterais

Enquanto Doha e o acordo UE/ Mercosul não prospera, Evandro Didonet disse que o governo não parou de concluir ou negociar outros acordos de preferências tarifárias. De acordo com o embaixador, dos 20 maiores mercados de exportação do País, 15 já possuem acordos de livre-comércio ou de prioridade comercial. Só estão fora os Estados Unidos, China, Japão, Rússia e Coreia do Sul. "Quanto falam muito no que acontecerá nas relações comerciais do Brasil no pós-Doha eu digo que não vai haver grandes mudanças, já que sempre continuamos com outras negociações paralelas", disse, citando o acordo com Israel como exemplo.

Fonte: DCI, São Paulo, 29 out. 2008, Primeiro Caderno, p. A4.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins comerciais